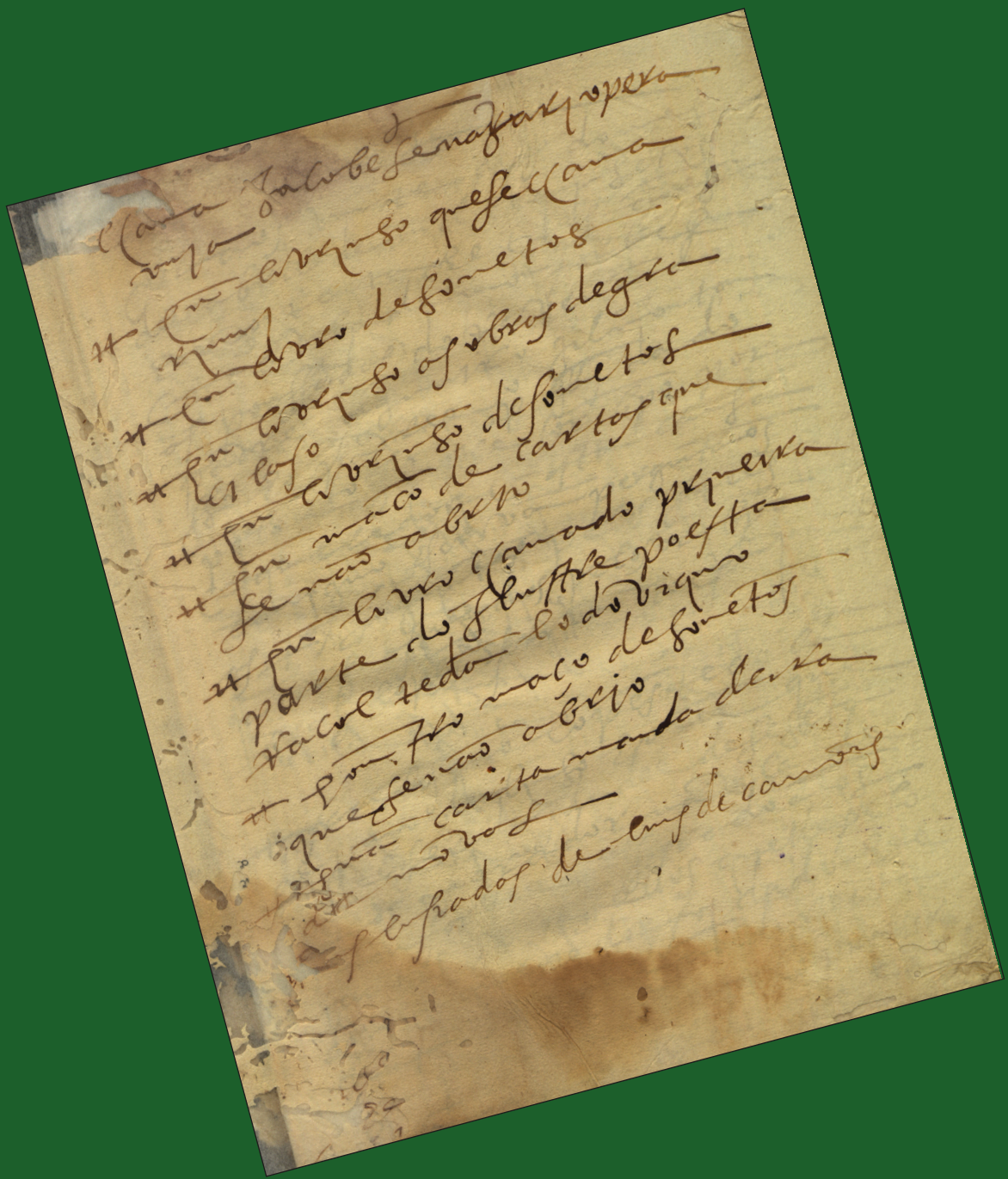
FRAGMENTA HISTORICA 12
Revista do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa



FICHA TÉCNICA

Título

Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática – N.º 12 (2024)

ISSN

1647-6344

Editor

Centro de Estudos Históricos

Director

João José Alves Dias

Conselho Editorial

João Costa: Licenciado em História pela FCSH/NOVA. Mestre em História Medieval pela FCSH/NOVA. Doutor em História Medieval na FCSH/NOVA

José Jorge Gonçalves: Licenciado em História pela FCSH-NOVA. Mestre em História Moderna pela FCSH/NOVA. Doutor em História Moderna pela FCSH/NOVA

Pedro Pinto: Licenciado em História pela FCSH/NOVA

Conselho Científico

Fernando Augusto de Figueiredo (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Gerhard Sailler (Diplomatische Akademie Wien)

Helga Maria Jüsten (CEH-NOVA)

Helmut Siepmann (U. Köln)

Iria Vicente Gonçalves (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João Costa (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA)

João José Alves Dias (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Jorge Pereira de Sampaio (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

José Jorge Gonçalves (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Julián Martín Abad (Biblioteca Nacional de España)

Maria Ângela Godinho Vieira Rocha Beirante (CEH-NOVA)

Maria de Fátima Mendes Vieira Botão Salvador (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

Design Gráfico

Ana Paula Silva

Índices

Pedro Pinto

Imagem de capa

TT, Inquisição de Lisboa, Proc. 8191, imagem 39

FRAGMENTA HISTORICA 12
REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

SUMÁRIO

Editorial, p. 9
João José Alves Dias

Imagem da capa: "Sesudo ou mentecapto": Álvaro Fragoso, cantor, tangedor, quiçá poeta e um leitor precoce d'*Os Lusíadas* no Monforte tardo-quinhentista, p. 11
Pedro Pinto

ESTUDOS

Portugal e França: novos ecos documentais de uma relação relevante no estudo da Europa Moderna (1560-1608), p. 17
Nuno Vila-Santa

MONUMENTA HISTORICA

Rui Pedro Neves, João Pedro Inácio Costa, Luís Miguel Rêpas, Miguel Augusto Luís, Mário Farelo, António Castro Henriques, Catarina Rosa, Fábio da Conceição Almeida Gonçalves, Thiago Henrique Alvarado, Joana Lages Gonçalves, Daniela Fernandes dos Santos, Fábio Duarte, Kate Lowe e Nuno Vila-Santa, Carlos Silva Moura, Hugo Marim Silva Paixão, Miguel Rodrigues Lourenço, Alexandre Nascimento, Joana Gomes Soares, Clara Braz dos Santos, Luís Seabra Lopes, Diogo Moreno
A ordem dos documentos desta secção encontra-se nas páginas seguintes (4 a 8)

ÍNDICE

Índice antroponímico e toponímico deste número, p. 289

LISBOA
2024

MONUMENTA HISTORICA – Ordenação da documentação

Trutesindo doa ao Mosteiro de São Pedro e Pedroso uma *hereditate* situada na *villa* de Paradela [c. 1172-1174?], p. 43

Registo de diversos imóveis situados em Guimarães que pertenciam ao Mosteiro de Pedroso [post. 1172], p. 45

Pedro Neto realiza uma permuta com Dona Goldregodu (1173), p. 47

Pedro Gonçalves e sua esposa vendem uma herdade a Gonçalo Pais, abade do Mosteiro de Pedroso (1173), p. 49

Pedro Viegas e o seu irmão vendem e Pedro Gonçalves um *hereditate* situada na *villa* de Espargo (1174), p. 51

Mendo Davides realiza uma doação *post mortem* ao Mosteiro de São Pedro de Pedroso (1175), p. 53

Marina Peres vende a Gonçalo Pais, abade do Mosteiro de Pedroso uma *hereditate situada em* Vila Cova (1175), p. 55

Os filhos de Gonçalo Infanção vendem a Pedro Gonçalves uma *hereditate* situada em Fiães e Gualtar (1176), p. 57

Pedro Gonçalves vende a Gonçalo Pais e Pedro Pais uma *hereditate* situada em Espargo de Baixo (1177), p. 59

Soeiro Godesteis renuncia em favor do Mosteiro de São João de Pendorada a todas as reivindicações anteriormente disputadas (1178), p. 61

Maria Pais vende a Pedro Gonçalves uma *hereditate* situada na *villa* de Gualtar (1180), p. 63

Mendo Mendes e a sua esposa doam à igreja de Santa Maria e ao Mosteiro de Pedroso uma *hereditate* situada na *villa* de Seixezelo, p. 65

Pedro Capelu e sua esposa fazem um acordo com D. Martinho, bispo do Porto e o cabido da mesma diocese (1187), p. 67

Madreona reealiza uma permuta com Pedro Martins, abade do Mosteiro de Pedroso (1188), p. 69

Pedreiro Salvador vende um casal situado em Paradela (1190), p. 71

Afonso Rodrigues vende a Henrique Fernandes uma *hereditate* situada em *villa Saa* (1193), p. 73

Gonçalo, abade do Mosteiro de Pedroso, concede a Pedro Miguel e sua esposa o usufruto de uma *hereditate* em *Veer* (1193), p. 75

O abade Pedro do Mosteiro de Pedroso estabelece um pacto com Afonso Dias e João Dias (1195), p. 77

O abade Pedro e o Mosteiro de Pedroso resolvem disputa com Álvaro João sobre a *hereditate* de *Louri,* que retornará ao mosteiro após a morte deste e sua esposa (1195), p. 79

O abade Melendo, de São João de Pendorada, vende ao Mosteiro de Pedroso um casal em Mexedo (1195), p. 81

Pedro Viegas e sua família vendem a Loba Godinis uma *hereditate* na *villa* de Lavandeira (1195), p. 83

Gonçalo Pires vende ao Mosteiro de Pedroso uma *hereditate* situada na *villa* de Gondinhães (1196), p. 85

Mendo Pais, Pedro Anes e Ausenda Peres vendem ao Mosteiro de São Pedro de Pedroso um terço de uma propriedade em Afonsim (1196), p. 87

Soeiro Peres, Mendo Peres e Maria Peres vendem ao abade Pedro e ao Mosteiro Pedroso uma *hereditate* na *villa* de Vila Cova (1197), p. 89

Martim Dias e Rodrigo Dias vendem a seu tio, Pedro Pais de Valadares, uma *hereditate* nas *villae* de Valadares e Moure (1197), p. 91

Registo de diversos imóveis que pertenciam ao Mosteiro de Pedroso (1197-1226), p. 93

O abade Pedro de Pedroso concede dois casais a Mendo Dias como prestimónio com uma renda anual, mas sem direito hereditário, estipulando sua devolução ao mosteiro após a morte de Mendo (1198), p. 95

Gonçalo Pires, conhecido como Brandão, vende ao abade de São Pedro de Pedroso uma *hereditate* em Sanguinhedo por dezasseis morabitinos (1198), p. 97

Soeiro Pais e sua esposa, Maria Gonçalves, vendem ao abade Pedro do Mosteiro de Pedroso uma *hereditate* na *villa* de Figueiredo (1198), p. 99

Urraca Viegas doa ao Mosteiro de São Pedro de Pedroso um casal situado na *villa* de Pindelo (1199), p. 101

O abade Pedro do Mosteiro de Pedroso concede a Estêvão Gonçalves um casal na *villa* de *Palácio de Zaganes* (1199), p. 103

Pedro Dias e sua esposa doam dois casais situados em Vilar Seco ao Mosteiro de São Pedro de Pedroso (1200), p. 105

Venda de uma herdade em Albarrol, termo de Miranda (1240), p. 107

Carta de venda de uma herdade em Chão de Couce por 27 libras (1273), p. 109

Carta de arrendamento de uma vinha, uma adega e duas casas em Penela e seu termo (1273), p. 111

Contrato de carpintaria do paço de Almoster (1305), p. 113

Carta de proteção de D. Dinis ao Mosteiro de Almoster (1310), p. 115

Traslado em pública-forma de uma carta da rainha D. Isabel de 1313 que manda que os viajantes entre a Beira e Abrantes ou Punhete abandonem a estrada costumada e passem por dentro da aldeia do Sardoal (1315), p. 117

Testamento de Lourenço Nogueira (1318), p. 119

Último testamento de Lourenço Peres (I), Uchão do infante D. Afonso (1321), p. 123

Testamento de Lourenço Peres (II), tesoureiro do rei (A. 1325), p. 127

Codicilo ao testamento de Lourenço Peres (II), tesoureiro do rei (1325), p. 131

Testamento de Lourenço Peres [II] (A. 1326), p. 133

Testamento de Constança Eanes Palhavã (1327), p. 137

Testamento de D. Francisco Domingues, cónego de Lisboa e prior da Alcáçova de Santarém (1328), p. 141

Instrumento de que consta a tomada do conto dos herdeiros dos feitores do Lamegal (1359), p. 149

Testamento de Mestre João das Leis (1383), p. 153

Certidão passada pelos contos do pagamento de metade da décima devida pelo cabido de Coimbra que fora feito por Antão Martins, prior de Penacova (1420), p. 161

Acordo entre o concelho do Sardoal e Vicente Bastino para que se faça uma estalagem naquele lugar (1422), p. 163

Emprazamento de casas do Mosteiro de São Vicente de Fora junto com o adro da igreja de Santa Justa a Beatriz Nunes de Beja, servidora que foi do Mestre de Santiago (1422), p. 165

Carta de profissão de Antão Rodrigues, cónego de Santa Cruz de Coimbra, no Mosteiro de São Vicente de Fora (1423), p. 169

Confirmação da eleição de D. Lourenço Eanes como prior-mor do Mosteiro de São Vicente de Fora pelo lugar-tenente de D. Pedro, arcebispo de Lisboa (1424), p. 173

Traslado em pública forma de uma carta de D. Fernando I relativa à jurisdição cível e crime de Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Azurara e Pindelo (1480), p. 175

Traslado de sentença relativamente à disputa da jurisdição sobre Cantanhede e a terra de Melres entre D. Telo de Meneses e D. Pedro de Meneses (1481), p. 177

Carta que o prior do Prado de Castela escreveu a El-Rei D. João sobre uma baixela de prata que lhe mandou (1483), p. 183

Carta de D. Manuel I de Portugal a Fernando II, o Católico, a pedir que deem saca aos lavradores portugueses que foram lavrar pão a Castela (1510), p. 187

Conta do que se deu ao rei D. Manuel I do que rendiam as alfândegas dos portos de Trás-os-Montes em 1515-1517 (1518), p. 189

Carta de D. Agostinho de Ribeiro, bispo de Lamego, a D. João III sobre o envio do traslado de um breve e o estado da Inquisição de Lamego (1543), p. 191

A brief story of ye kings of Portugal (Breve história dos reis de Portugal) [1569-1573], p. 195

Regimento do rei D. Sebastião para se realizar a venda do direito real dos "10 reais de Ceuta" aos povos das comarcas de Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes (1572), p. 203

Carta de D. Sebastião para o Papa Gregório XIII (1574), p. 215

Carta de perdão dada a Simão de Camões, morador em Évora (1592), p. 217

Relação anual de eventos na Ásia (1606), p. 219

Breve relação de várias novas do Estado da Índia e de Vijayanagar do ano de 1616 (1616), p. 225

Notícia sobre as catástrofes naturais ocorridas na província do Norte (1619), p. 233

Piratas na costa de Loulé (1620), p. 235

Relação da receita do Reino de Portugal e do Império por Fernando Loureiro (1621), p. 237

Relatório da Junta criada para tratar do benefício das terras sobre a agricultura em Portugal (1624), p. 245

Lembrança das cartas dos prelados da Junta de Tomar para o monarca (1629), p. 2531

Informação de Pero de Almeida Cabral ao rei D. Filipe III sobre o reino de Monomotapa e rios de Cuama (1630), p. 253

Carta de Manuel da Cunha e Teive ao rei D. Filipe III sobre a fortaleza da Mina e de Axem (1632), p. 259

Carta do Bispo de Meliapor a Frei Pedro de São José, provincial da Ordem de Santo Agostinho (1697), p. 263

Oração fúnebre nas exéquias do ilustríssimo e excelentíssimo senhor conde de Bobadela (1763), p. 267

Ata de reunião da vereação da cidade de Aveiro (19.1.1763), p. 273

Ata de reunião da vereação da cidade de Aveiro (29.1.1763), p. 275

Declaração do escrivão do senado da câmara de Vouga sobre os rendimentos da barca de passagem dessa vila nos anos de 1762 a 1776 (1781), p. 277

Aviso régio mandando realizar obras na ponte de Vouga (1791), p. 281

Carta em que a vereação de Vouga informa o Duque de Lafões sobre uma nova arrematação da barca de passagem dessa vila (1791), p. 283

D. João manda regressar ao Pinhal de Leiria todas as pessoas que se refugiaram na capital por motivo das invasões francesas (1811), p. 285

Disposições para o novo Regulamento das Matas Nacionais (1824), p. 287

IMAGEM DA CAPA

"Sesudo ou mentecapto": Álvaro Fragoso, cantor, tangedor, quiçá poeta e um leitor precoce d'*Os Lusíadas* na Monforte tardo-quinhentista

Pedro Pinto
Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa;
CHAM – Centro de Humanidades;
IEM – Instituto de Estudos Medievais

Após a passagem de D. Sebastião a África, em 1578, um homem de nome Álvaro Fragoso regressou do seu degredo em Tânger de volta à vila onde os seus pais moraram, Monforte.[1] Situada no Alto Alentejo, Monforte contava seguramente nessa altura com uma população de dimensão muito razoável para a região, pois aquando do numeramento de 1527 tinha 660 fogos.[2] O castelo longilíneo destacava-se no horizonte, como em muitas outras vilas de fronteira, e a urbanização exterior às muralhas era assinalável.[3]

Álvaro Fragoso, que tinha nascido em Arronches mas vivera a sua vida de adulto em Monforte, entrou pelo castelo e dirigiu-se à casa de sua mãe, Catarina Cabreira. Era singular o nome do arruamento, Rua dos Namorados (hoje, Beco dos Namorados), cuja origem toponímica se desconhece. A muralha do castelo lançava a sua sombra protetora sobre a rua, correndo paralelamente ao seu lado. Era nesta rua, à janela, que Álvaro Fragoso cantava e tangia a sua viola: era cantor e músico, quiçá poeta. Nas palavras de um tecelão monfortense, "sua vida era tanJer he cantar".

Os Fragosos tinham uma grande implantação no Alentejo, com maior incidência em Évora desde o início do século XV.[4] O mais antigo Fragoso em Arronches que encontrámos foi Gonçalo Fragoso, escudeiro e juiz dos órfãos em 1482, mas não foi possível recuar a família do Álvaro Fragoso, tangedor, além da

---

[1] Salvo indicação em contrário, todas as informações relativas a Álvaro Fragoso neste artigo são retiradas do processo inquisitorial, o qual não tem as folhas numeradas (Torre do Tombo, *Inquisição de Évora*, Processo 8191). Os critérios de transcrição são os enunciados em DIAS, João José Alves; MARQUES, A. H. de Oliveira, e RODRIGUES, Teresa, *Álbum de Paleografia*, Lisboa, Estampa, 1987.

[2] DIAS, João José Alves (ed.), *Gentes e espaços : Edição crítica do Numeramento de 1527-1532 : Dicionário corográfico do Portugal Quinhentista : Comarca de Entre Tejo e Guadiana*, Cascais, Patrimonia, 1999, p. 70.

[3] ARMAS, Duarte de, *Livro das fortalezas*, ed. João José Alves Dias, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015, f. 33-34.

[4] Cf. PINTO, Pedro, "Dos manuscritos à personagem: o percurso de Álvaro Fragoso, procurador de Évora e da comarca de Entre-Tejo-e-Odiana para os feitos dos forais (revisitando a reforma dos forais de D. João II e D. Manuel I)", in *eHumanista. Journal of Iberian Studies*, 31, 2015, pp. 80-153.

informação que o próprio referiu: era filho de um Manuel Fragoso, natural de Arronches, e de Catarina Cabreira[5], natural de Monforte, sendo neto paterno de outro Álvaro Fragoso e Beatriz Rodrigues, e materno de Francisco Cabreira, vigário de Monforte, e de Catarina de Cáceres, tanto pais e avós já defuntos em 1583, quando se iniciou o seu interrogatório na Inquisição de Évora.[6]

Desde que regressara a Monforte que o comportamento de Álvaro Fragoso teria, segundo os seus vizinhos e clérigos, passado a ser invulgar: uns diziam que se descalçava em pleno dia e ia assim até à praça, outros que punha trapos ou penas de galo no chapéu e carregava um pau em cujas pontas colocara uns cornos; ainda mais se dizia que tangia durante toda a noite à janela com uma bacia, outras vezes com um chocalho ou com a viola desafinada; seria visto onde matavam o gado, regressando carregado de cornos muito longos de bodes, entre outras excentricidades. Além disso, foi acusado de proferir muitos impropérios e injúrias a Deus, à Inquisição e à Igreja, comendo carne nos dias defesos e amancebando-se com uma parente em terceiro grau, Beatriz Cabreira. Álvaro Fragoso não se tinha confessado na pretérita Quaresma, tendo sido por isso publicada a sua excomunhão.

Tudo isto veio à tona durante a visitação que D. António Mendes, bispo de Elvas, fez na dita vila, registado em autos no dia 15 de outubro de 1582. Em relação ao seu comportamento belicoso para com as autoridades civis e religiosas, os acusadores dividiam-se sobre a motivação: uns criam que era doido mas outros asseveravam que, dado que ele continuava a tratar da sua fazenda e bens, que era antes um comportamento malicioso e premeditado.[7]

Sendo mandado prender pelo Bispo de Elvas, Álvaro Fragoso recolheu à cadeia dessa cidade. Durante a sua permanência na cadeia, em março de 1583, mais testemunhos contra ele foram recolhidos dos presos que com ele partilharam o mesmo espaço.[8]

Neste intervalo de tempo, o bispo ordenou que dois sacerdotes verificassem se Fragoso tinha tido contactos no estrangeiro e que livros lia, procurando pistas para o seu comportamento invulgar. No dia 20 de abril, entraram numa câmara das casas onde o preso vivia e, dentro de uma arca, cuja chave Fragoso confiara a um vizinho, Salvador Jusarte, encontraram alguns livros e um conjunto de papéis:

" **[1]** it*em* silva de varj liçjon
[2] it*em* os doze livros da Eneida de virgiljo
[3] it*em* huũ Reportorjo pequen[o]
[4] it*em* outro Reportorio gra*n*de
[5] it*em* huũ livro gra*n*de de musiqua
[6] it*em* hũ livro copilaca*m* das obras de Joam de mena
[7] it*em* hũ livro de musiqua com sifras
[8] it*em* huũ livro que se chama obra Jmtjtulada de frame*n*tos matematicos
[9] it*em* huũ livro que se chama ha sofofonisma [*sic*]
[10] it*em* hũ cansioneiro de musiqua
[11] it*em* ho testame*n*to novo
[12] it*em* a prjmeira parte das difjrencias de ljvros que ha em ho vnjverso
[13] it*em* hũ livrjnho novo Jtaliano co*m* fitas azuis he verde
[14] it*em* orla*n*do forioso
[15] it*em* hũ livrjnho que se chama Jacobe senazarj opera onja
[16] it*em* hũ livro de sonetos
[17] it*em* hũ livrjnho as obras de gracilano

---

[5] Testou a primeira vez em 29/9/1579, já viúva, e segunda vez em 29/6/1581 (?). A cópia setecentista indica 1571 mas sendo segundo testamento teria de ser posterior a 1579, e 1581 enquadra-se bem na cronologia dos eventos conhecidos (Arquivo Distrital de Portalegre, Tombo de Capelas e Morgados, Liv. 14, f. 383v-387).

[6] Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João II*, Liv. 6, fól. 86.

[7] Os acusadores foram Nuno de Almeida, escudeiro; Luís Álvares, tendeiro; Diogo Madeira, clérigo de missa; Filipe Franco, alfaiate; Manuel Álvares; Manuel Pousadas, clérigo de missa; Manuel Madeira, clérigo de ordens de epístola; e Sebastião Pousadas, todos moradores em Monforte.

[8] Francisco Mendes, preto-forro; Diogo Gonçalves, natural de Castelo Branco; Manuel Gomes, natural de Mourão; Diogo Milanês, natural de Badajoz; licenciado André Magro e licenciado André de Lemos, cavaleiro fidalgo.

[18] it*em* hũ livrjnho de sonetos
[19] it*em* hũ maco de cartas que se não abrio
[20] it*em* hũ livro chamado prjmeira parte do Jlustre poeta Racolte da lodovjquo
[21] it*em* houtro maco de sonetos q*ue* se não abrjo
[22] it*em* hũa carta meuda de [...] novas
[23] [it*em* o]s lusiadas de luis de camõis".

Que obras são identificáveis?

[1] *Silva de varia lección*, de Pedro Mexía (1497-1552). Teve a sua primeira edição em 1540, em Sevilha, e houve mais 17 edições até 1583. Trata-se de uma obra enciclopédica de grande dimensão (c. 1000 pág.), reunindo uma miscelânea humanista de assuntos desenvolvidos eruditamente e baseados na cultura grega e latina.[9]

[2] *Los Doze Libros de la Eneida*, de Virgílio. Esta narrativa épica de um soldado troiano que viaja até à península itálica para se tornar o ancestral dos romanos teve algumas edições em castelhano na segunda metade do século XVI, a primeira das quais impressa em Toledo, em 1555.[10]

[6] *Compilacion de todas las obras del famosissimo poeta Juan de Mena*. Esta compilação das obras de Juan de Mena (1411-1456) foi impressa em Sevilha, em 1528, e teve outras edições até 1583.[11]

[8] *Obra intitulada fragmentos mathematicos : en que se tratan cosas de geometria y astronomia y geographia y philosophia natural y sphera, y astrolabio y nauegacion y reloxes*, de Juan Pérez de Moya (1513-1596). Esta obra foi publicada em dois volumes, em 1567-1568, na cidade de Salamanca, e versa sobretudo a geometria e astronomia.[12]

[9] *Sophonisba*, de Gian Giorgio Trissino (1478-1550), impresso em Roma em 1529, uma tragédia italiana sobre uma princesa cartaginesa do séc. III a.c.[13]

[12] *Primera parte de las diferencias de libros q[ue] ay en el universo*, de Alejo Venegas del Busto (1497/1498-1562). Impressa em Toledo, em 1540, com várias edições posteriores. Trata-se de uma tentativa, incompleta, de ajudar os leitores a organizar, classificar e utilizar os livros.[14]

[14] *Orlando furioso*, de Ludovico Ariosto (1474-1533), um poema épico cavaleiresco que teve grande influência na cultura europeia, impresso em Ferrara, em 1516, com dezenas de edições posteriores no século XVI em italiano, e que foi divulgada na Península Ibérica por meio de traduções castelhanas, a primeira das quais impressa em 1549, em Antuérpia.[15] O item **[20]** também pode ser uma colectânea da produção do mesmo Ariosto.

[15] *Opera omnia*, de Jacopo Sannazaro (1458-1530), escritor italiano renomado pela sua obra-prima *Arcádia*, evocadora de um passado idílico e pastoral. A sua obra completa foi impressa em Veneza, em 1535, com edições posteriores.[16]

[17] *Las obras del excelente poeta Garcilasso de la Vega*, impresso em Salamanca, em 1569, com edições posteriores. Garcilaso de la Vega (1503-1536) foi um poeta castelhano influenciado pela lírica italiana.[17]

[23] *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, impresso em Lisboa, em 1572, com uma nova edição tipográfica, com a mesma data de 1572, que muitos argumentam ser uma contrafação (possivalmente pirata) realizada cerca de uma década depois. Em 1580, tinham saído duas traduções castelhanas.

---

[9] WILKINSON, Alexander S., *Iberian books: Books Published in Spanish or Portuguese or on the Iberian Peninsula before 1601*, Vol. 1, Leiden, Brill, 2019, p. 509.
[10] Idem, p. 755.
[11] Idem, p. 502.
[12] Idem, p. 572.
[13] TOMITA, Soko, e TOMITA, Masahiko, *A Bibliographical Catalogue of Italian Books Printed in England: 1558-1603*, Routledge, 1991, p. 139.
[14] WILKINSON, Alexander S., *Iberian books*..., p. 743.
[15] Idem, p. 43.
[16] MCFARLANE, I. D., *Renaissance Latin Poetry*, New York, Barnes & Noble Books, 1980, p. 223.
[17] Idem, p. 749.

É uma biblioteca muito centrada e focada, pois prevalecem quase exclusivamente as obras literárias e poéticas, a par de vários livros de música, adequados para um tangedor e provável poeta. Seria o maço de sonetos da sua lavra, e os livrinhos de sonetos cópias manuscritas coevas de outros autores, miscelâneas e cancioneiros que costumeiramente circulavam manuscritas? É sintomático que perante o achado da correspondência e de outros manuscritos, não haja real interesse dos agentes que realizaram a vistoria em inspecionar as cartas e daí poder extrair outras ilações, nem mais tarde os inquisidores se preocuparam com elas.

As escolhas bibliófilas de Fragoso refletiam uma mundividência literária e musical plena de atualidade na Europa Renascentista. Uma tentativa de explicação deste facto poderia residir no testemunho de um António Rodrigues. Perante a Inquisição, referiu que Álvaro Fragoso aprendera a tanjer em Itália e França, mas Fragoso negaria tal quando confrontado com esse facto. Limitou os seus movimentos à Península Ibérica e, dentro do espaço imperial português, à Ilha Terceira (Açores), São Tomé e Príncipe, Ceuta e Tânger.

Nesta última praça norte-africana, Álvaro Fragoso servia, no início da década de 1570, pena de degredo de quatro anos por causa de um crime cometido contra um Leonardo Gil. Fragoso servira perto de um ano a pé e a cavalo e destacara-se no serviço militar, recebendo alvará de cavaleiro outorgado pelo capitão de Tânger. Entretanto, adoecera gravemente, gastando 300 cruzados para se tratar e regressar ao Reino, tendo depois vendido uma propriedade no valor de 40.000 reais para participar numa armada que se aprestava para partir comandada por D. Duarte, Duque de Guimarães, mas que acabou por não se concretizar em virtude de uma tempestade a ter destroçado a 13 de setembro de 1572. Tentou a comutação dos dois anos remanescentes da pena mas o Rei não lhe concedeu. Foi então que se envolveu numa altercação e agrediu um homem quando se preparava para embarcar numa caravela para servir o restante do seu degredo. Sabemos tudo isto a partir de uma carta de perdão relativa à agressão, emanada da chancelaria régia a 12 de outubro de 1574, e que lhe permitiu não ver elevada a pena inicial. Serviria novamente em Tânger, a partir de 1 de maio de 1575, para cumprir os dois anos remanescentes, segundo uma nova carta de perdão relativa ao seu fiador, datada de 8 de outubro de 1576. Foi depois de concluir a pena que iria encetar o caminho de regresso a Monforte, perambulando primeiro por Elvas, Arronches e Portalegre.[18]

Como referimos acima, Fragoso negou na Inquisição ter estado em Itália ou França, como um dos depoentes afiançara, nunca admitindo ter ido além de Castela e Andaluzia na Europa. O próprio Álvaro Fragoso terá referido a alguns dos presos durante o tempo em que esteve na cadeia em Elvas que "estando elle em a cidade de badayoz pedindo hum liuro a hum liureiro lhe deu o alcorão de mafamede grozado", indicativo do seu gosto por livros e mentalidade aberta, disposta a conhecer o essencial da cultura religiosa islâmica. A sua presença em Castela foi bem mais demorada do que aparentou transpirar durante o interrogatório e era desconhecida ou foi ocultada pelos depoentes nas várias inquirições conduzidas em Monforte durante o processo inquisitorial.

Sabemos que Álvaro Fragoso estudou Gramática em Salamanca, no Colégio Trilíngue. Deu entrada em 20 de Novembro de 1566, segundo o livro de matrículas, que refere a sua naturalidade como Monforte.[19] Apesar de D. João III e D. Sebastião terem proibido a graduação em universidades estrangeiras, nem mesmo a transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra em 1537 estancou o fluxo de estudantes portugueses além-fronteiras. A prestigiada Universidade de Salamanca, tão próxima da fronteira, com a facilidade de compreensão do castelhano para a vida quotidana na cidade, e o ensino das aulas na língua universal do latim tornavam muito atrativo esse destino e, na segunda metade do século XVI, centenas de portugueses inscreviam-se anualmente nessa universidade.[20]

---

[18] Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões*, Liv. 12, f. 107v-108; Liv. 30, f. 203; AIRES, Cristóvão, "Synopse, desenvolvimento e commentario do codice n.º 8 dos «Manuscriptos Portuguezes» da Bibliotheca Nacional de Paris", in *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. I, 1898, p. 287.

[19] AUSA, Liv. 285, f. 109; Liv. 286, f. 112; Liv. 287, f. 98, ref. em MARCOS DE DÍOS, Ángel, *Portugueses na Universidade de Salamanca (1550-1580),* Salamanca, Luso-Española de Ediciones, 2009, p. 124. No último livro de matrículas em Salamanca é identificado como Álvaro Fragoso Spindola, mas não conseguimos discernir a origem do apodo.

[20] CUBAS MARTÍN, Noemi, *Salamanca y Coímbra: Universidades peninsulares del Renacimiento. Análisis de la población universitaria a través de los grados académicos*, dissertação de doutoramento, Salamanca, Universidade de Salamanca, 2013, pp. 349-370.

No Colégio Trilíngue, recém-fundado em 1554, lecionava o *Brocense*, Francisco Sánchez de las Brozas, filólogo e humanista castelhano que estudou em Évora (1534-1537) e serviu na corte em Lisboa (1537-1543). Em 1568, o *Brocense* era regente na Cátedra de Retórica no dito colégio Trilíngue, onde se estudava latim, grego e hebraico. No âmbito de uma visitação interna aos métodos de ensino no Colégio, um dos estudantes inquirido foi Álvaro Fragoso, natural de Monforte (evidentemente, o local de onde viera para estudar). Fragoso indicou que na altura lia a poesia do romano Lucano. Outros estudantes referiram o estudo da mais antiga obra de retórica latina, a *Retórica a Herénio*.[21]

Não sabemos o grau de proficiência que Álvaro Fragoso adquiriu durante a sua estada em Salamanca, mas as suas escolhas bibliográficas revelam uma sensibilidade disposta a acolher também *Os Lusíadas.* Camões, como todos os autores, participava de um processo criativo que sofria influências de outros criadores, quer de antanho quer coevos. Entre as várias influências que os camonistas identificam na sua obra estão muitos dos autores de que se compõe a biblioteca de Álvaro Fragoso, numa relevante convergência de saberes e gostos culturais: Virgílio, Ariosto, Garcilaso de La Vega, Sannazaro... A biblioteca de Fragoso indica que era um leitor natural de Camões. A obra *Os Lusíadas* poderia ser de difícil digestão, como apontou Eugenio Asensio para o caso dos leitores castelhanos, mas que também era extensível a muitos dos seus leitores lusitanos: "la epopeya de Camões tropezaba con grandes obstáculos para ser entendida por lectores españoles poco versados en historia portuguesa, en latinidad y humanidades. Las múltiples referencias y perífrasis mitológicas, cosmográficas y de historia antigia, las citas e imitaciones de poetas clásicos embebidas o escondidas en el texto añadían una nueva dificultad cultural a las barreras de la lengua y la historia. [,,,] El poema, la futura Biblia poética nacional, reclamaba expositores, comentaristas que sirviesen de mediación entre el texto, a veces difícil o oscuro, y los lectores de su mismo pueblo y lengua, cuánto más de los extranjeros".[22]

Fragoso estudou em Castela e, por isso, não surpreende a prevalência dos livros em castelhano, quer em obras de autores castelhanos quer em obras traduzidas de outro idioma para o castelhano (ex: Virgílio). Acima de tudo, essa é uma característica desse período histórico, onde o bilinguismo e a diglossia (ambiente linguístico em que convivem duas línguas, com prevalência neste caso do castelhano), conduziu a que, por várias razões de ordem política, económica e cultural, o castelhano tivesse maior prestígio e uma hegemonia na produção, tradução e impressão literária na Península.[23]

Em jeito de epílogo, e regressando ao processo inquisitorial, a natureza pública das transgressões de Álvaro Fragoso levou o Cardeal Alberto, Inquisidor-Geral, a promover a transferência de Álvaro Fragoso para o cárcere do Santo Ofício em Évora, onde deu entrada a 28 de maio de 1583. Na sua missiva, o Cardeal afirmava que era preciso apurar "se este hom*em* he sesudo ou mentecapto, E posto q*ue* seia m*en*tecapto he neces*ari*o recolher se p*er*a q*ue* cese o esca*n*dalo q*ue* tem dado".

Após várias sessões de interrogatório em Évora, Fragoso, então com c. 44-45 anos, deu sempre respostas vagas e negou a maioria das acusações. Aliás, no seu primeiro depoimento disse logo que "esta doudo E q*ue* oie lhe deu hu*m* vagado E q*ue* tem a cabeça chea de açudes e Ribeiras E lhe amda tudo ao redor". Com este horizonte mental, anuiu ter cometido algumas falhas, como não ter comungado na Quaresma ou ter comido carne em dias defesos, assumiu inclusivamente que não tinha muita devoção e atribuiu as suas falhas a esquecimento e ao preenchimento da mente com muitos afazeres. Foram-se passando os meses, um ano, mais além e as sessões de perguntas acumulavam-se sem as respostas que os inquisidores pretendiam. Mas Álvaro Fragoso era parente de muitos dos clérigos da vila e, tendo já

---

[21] GONZÁLEZ DE LA CALLE, Pedro Urbano, *Vida profesional y académica de Francisco Sánchez de las Brozas*, Madrid, 1922, p. 74; CARABIAS TORRES, Ana María, "Evolución histórica del Colegio Trilingüe de Salamanca 1550-1812", in *Studia historica. Historia moderna*, N.º 1, 1983, pp. 143-168.

[22] ASENSIO, Eugenio, "Los 'Lusíadas' y las 'Rimas' de Camões en la poesía española (1580-1640", in *Luís de Camões. El humanismo en su obra poética. Los Lusiadas y las Rimas en la poesía española (1580-1640)*, Paris, 1982, Fundação Calouste Gulbenkain, p. 44.

[23] VÁSQUEZ CUESTA, Pilar, "O bilinguismo castelhano-português na época de Camões", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol. XVI, 1981, pp. 807-828; GARCÍA MARTÍN, Ana María, "El bilingüismo luso-castellano en Portugal: estado de la cuestión", in MARCOS DE DIOS, Ángel (ed.), *Aula bilingüe: investigación y archivo del castellano como lengua literaria en Portugal*, Salamanca, Luso-Española de Ediciones, 2008, pp. 15-44.

passado 14 meses de cárcere, alguns deles testemunharam a seu pedido e a seu favor, bendizendo a sua ascendência familiar, embora de forma pouco efusiva e alongada.

Em suma, os Inquisidores em Évora tinham conseguido o que queriam, que era cessar o "escandalo" do seu comportamento na vila de Monforte, mas a pena a que Fragoso foi sujeito foi reduzida, recebendo apenas uma admoestação para que fosse mais recatado, sob pena de "rijo castigo". Além disso, durante um mês, mesmo depois de solto, teria de ficar na cidade de Évora, embora este prazo não lhe tenha sido comunicado. Saiu, finalmente, do cárcere em 20 de outubro de 1584, mais de um ano e meio após a sua provação começar. Não se sabe se permaneceria muito tempo na vila onde residia. Os registos de óbitos da paróquia de Nossa Senhora da Graça de Monforte estão completos desde 1534 e não há registo do seu passamento ali nas décadas seguintes, mesmo imaginando que atingisse uma improvável idade centenária.

Sabe-se, naturalmente, que muitos coevos de Camões leram a sua obra-prima à época, em vida do autor e após a sua morte em 1580. Mais de 30 exemplares datados de 1572 sobrevivem em coleções e bibliotecas pelo mundo afora, mas os seus leitores quinhentistas são praticamente anónimos. Raramente se consegue ter uma dimensão mais aproximada do horizonte mental e cultural dos leitores de Camões, como agora com o tangedor quasi-poeta Álvaro Fragoso.[24] Quantos leitores e escritores ignorados cujo rasto se perdeu pelas eras, bibliotecas que se reuniram e se dispersaram na voragem dos tempos...

Álvaro Fragoso permaneceu na sombra durante quase cinco séculos e um vislumbre da riqueza das suas escolhas literárias e do seu universo criativo é-nos revelado, ironicamente, pelos testemunhos inquisitoriais dos arautos da escuridão.

[24] Dois outros possuidores quinhentistas da edição de 1572, as quais espécies ainda sobrevivem, foram: 1) **Jerónimo Correia da Silveira**, mestre-escola que faleceu em 1596, e em cuja biblioteca sabemos que pontificavam, pelo menos, a obra do geógrafo italiano Tommaso Porcacchi Castilione, *L'Isole Piu Famose del Mondo*, impressa em Veneza em 1575 (CAMPOS, Fernanda Guedes de, *Bibliotecas de História: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII*, Lisboa, FCSH, UNL, tese de doutoramento, 2014, p. 282), os *Sonetti, Canzoni, e Triomphi di messer Francesco Petrarcha con la spositione di Bernardino Daniello da Lucca*, impressos em Veneza em 1541 (PIMENTEL, Alberto, *Ninho de guincho*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1903, p. 28) e os *Fastos Magistratuum et triumphorum romanorum ab urbe condita ad Augusti obitum*, de Hubertus Goltzius, impressos em 1566 (CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, Edição crítica da *princeps* de Rita Marnoto, Vol. I, Genève, Centre International d'Études Portugaises, 2022, pp. 425-426), e 2) o leitor **Vicente da Costa**, que inscreveu o ano "1580" junto do seu nome no verso da folha de rosto. Há uma marca de posse adicional nesse verso mas a digitalização da Universidade de Coimbra é péssima em termos de resolução (cf. CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, Edição crítica da *princeps* de Rita Marnoto, *Idem*, p. 484; BGUC, Cofre 2). Não foi possível identificar inequivocamente este Vicente da Costa. Encontrámos um escrivão "ante os vigarios" em Lisboa, filho de Jorge da Costa e Catarina Mendes, no ano de 1576 (*Índex das notas de vários tabeliães de Lisboa (Séculos XVI-XVIII)*, Tomo 4, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1959, p. 337), um cristão-novo de Lamego, corretor de câmbios, que vivia em Antuérpia em 1591 (FRADE, Florbela Veiga, "Formas de Vida e Religiosidade na Diáspora. As Esnogas ou Casas de Culto : Antuérpia, Roterdão e Hamburgo (Séculos XVI-XVII)", in *Cadernos de Estudos Sefarditas*, N.º 7, p. 196, 2007) e um outro homónimo que vivia em Sacavém em 1599 (AHCML, Liv. I de Quitações e Desistências, f. 171v). Vejam-se também o exemplar de *Os Lusíadas* que fazia parte dos bens que **D. Martinho de Castelo Branco**, filho do Camareiro-Mor D. Francisco de Castelo Branco, levou aquando da jornada de África em 1578. Junto de "hu*m* liuro de luis de Camois" estava "outro liuro piqueno d orlando Em Jtaliano" (AZEVEDO, Manuela de, "Documento inédito para o rescaldo de Alcácer Quibir : Inventário dum navio que foi a Marrocos", in *Diário de Notícias*, Secção de Cultura, 30/11/1986, pp. IV-V; RAMALHO, Américo da Costa, "D. Martinho de Castelo Branco, morto em Alcácer Quibir", in *Humanitas*, Vol. XXXVII-XXXVIII, 1985-1986, pp. 281-283). Entretanto, o documento foi adquirido pela Torre do Tombo e em vez de integrar logicamente o fundo da Casa de Abrantes foi colocado na coleção das Gavetas, XXV, Mç. 2, N.º 5. Para a mais recente síntese do percurso e obra de Luís de Camões, cf. RIO NOVO, Isabel, *Fortuna, Caso, Tempo e Sorte: Biografia de Luís Vaz de Camões*, Lisboa, Contraponto, 2024.

CENTRO DE
ESTUDOS
HISTÓRICOS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA